



Apurada  
14/12/14  
[Handwritten signature]

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ACTA Nº 4/2014**

**Sessão realizada em 30 de setembro de 2014**

## ACTA N.º 4/2014

Aos trinta dias do mês setembro do ano dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada por Luís Gavinhos e Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Carlos São Martinho, Marina Cláudia Nascimento, Catarina Gavinhos, Maria de Lurdes Liberato, Henrique Pereira Dias, Jean Barroca e José Neves Costa que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Júlio Correia, Nelson Reis, Miguel Cardoso, Carla Duarte, Ricardo Gonçalves, João Couto Gonçalves e Maria do Céu Ribeiro. Faltaram ainda os membros João Carlos Leitão, António Miguel Batista, Fernando Barata, Filipe Gonçalves, José Fians, José Gravito, Aires Proença, Guilhermino Nogueira e Ilídio Martins. O membro Manuel Malícia da Trindade foi substituído pelo seu representante legal.

Relativamente ao Executivo Municipal, faltou o Senhor vereador Paulo Ribeiro.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

### **Ordem de Trabalhos**

#### **1º - Período de Antes da Ordem do Dia**

#### **2º - Período da Ordem do Dia**

2.1 – Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2015 das taxas do imposto municipal sobre imóveis”

2.3 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Lançamento para o ano de 2015 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do IRC”;

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”;

2.5 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2015 da taxa municipal de direitos de passagem”;

- 2.6 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do regulamento municipal de atribuição de apoios às freguesias”;
- 2.7 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior”;
- 2.8 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Renovação do prazo para homologação da lista de classificação final – procedimentos concursais”;
- 2.9 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do plano de pormenor da Zona Industrial de Silvaes”;
- 2.10 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adesão do município do Fundão à OGIF – Associação de gestão, instituto do petróleo e gás do Fundão”;
- 2.11 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Declaração de interesse municipal – BIOFUN – Produtos Biológicos do Fundão, Lda.”;
- 2.12 – Apreciação e votação de uma proposta de alteração do Regimento da assembleia municipal do Fundão.

**Presidente da Mesa** – Começou por cumprimentar todos os presentes e desejar uma boa tarde de trabalho. De seguida colocou à consideração dos membros da Assembleia a ata relativa à sessão de junho último. **O membro Conceição Martins** disse que teve muita dificuldade em abrir os documentos que lhe foram remetidos por *mail* duas vezes, pelo que não conseguiu ler a ata, nem outros documentos. Face ao ocorrido, o Senhor Presidente da Mesa e uma vez que alguns membros não conseguiram ler a ata, disse que a mesma seria votada na próxima sessão da Assembleia Municipal, devendo apurar-se o que se passa com a plataforma eletrónica que serve a Assembleia, no sentido de assegurar a leitura dos documentos enviados sem qualquer problema.

## **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**João Salvado** – Cumprimentou todas as pessoas presentes e apresentou uma proposta de alteração da ordem de trabalhos que se junta à presente ata constituindo o Anexo 1.

**O Senhor Presidente da Mesa** disse que se antecipou ao seu pedido, já que iria também propor isso mesmo, ou seja, que o ponto 2.12 passasse para ponto 2.2 da ordem de trabalhos, assim, no momento próprio o assunto será colocado à consideração de todos os membros.

**Miguel Cardoso** – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 2, relativo à Escola Profissional do Fundão.

**Conceição Martins** – Após cumprimentar todos os presentes, baseou a sua intervenção num requerimento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 3.

**Eduardo Saraiva** – Face às intervenções anteriores, considerou que não tem medo, nem inventa nada, uma vez que relativamente à Escola Profissional do Fundão não está munido de todos os elementos e que talvez nem possa estar porque se trata de uma entidade privada. Reforçou que a CDU deve contactar aquela entidade para que lhe prestem os esclarecimentos, não cabendo à Assembleia Municipal ingerir-se nessa questão. Se as portas da E.P.F. se fecharem, deve tentar-se contactar o Ministério que a tutela, sendo perigoso a Assembleia Municipal avançar para uma inquirição, sem que isso faça parte das suas competências.

**Luís Lourenço** – Cumprimentou todos e informou que entregou na Mesa um pedido de informação sobre diversas situações em escolas no concelho do Fundão, que se junta à presente ata constituindo o Anexo 4.

**Conceição Martins** – Disse que quando se pretende saber o que se passa com a Escola Profissional, não é para a prejudicar, quem ali trabalha ou estuda, quer saber se o que se passa porque, sendo a Câmara um parceiro de forma direta ou indireta ou um futuro parceiro, estão em causa dinheiros públicos e como eleitos, temos o dever de pugnar por

saber o que se passa, na medida de que foi para isso que também fomos todos eleitos. Não concorda nem aceita que perguntar seja colocar em risco a referida escola Fundão.

**Eduardo Saraiva** – Disse que a Câmara Municipal não tem qualquer vínculo com a entidade privada Escola Profissional do Fundão. É preciso darem-se passos seguros e o seu receio tem a ver com o facto de não saber se está no âmbito da Assembleia, com os dados existentes, fazer uma comissão de inquérito, com mais elementos, poder-se-á ou não tomar essa atitude.

**Rogério Hilário** – Disse que ia intervir como representante de um dos promotores da E.P.F., não percebendo o interesse político de algumas forças representadas na Assembleia Municipal por uma entidade privada. O assunto diz respeito aos seus sócios e por enquanto não diz respeito a todos, mais parecendo existir aqui uma luta constante para que o projeto não tenha sucesso. Não existem alunos virtuais, os mesmos estão neste momento a ter aulas. É um facto que existiu uma gestão que viveu acima das suas possibilidades, porque preferiu manter os empregos até já não ser possível e acima de tudo os processos são para ser tratados no lugar e hora certos e com as pessoas certas. Por outro lado há litígios entre a administração e alguns funcionários dispensados, mas essas questões estão a ser resolvidas e ninguém tem mais nada a ver com isso. Apesar da má publicidade, todos os cursos estão a funcionar normalmente, está-se a efetuar a recuperação financeira, mudaram-se os órgãos diretivos a quem devemos, dar tempo e credibilidade. A Escola está a prestar os esclarecimentos que entende e continuará a fazê-lo nos termos que considerar necessário e nomeadamente tem de prestar esclarecimentos aos fundos comunitários e ao Ministério da Educação. Os alunos acreditam no projeto porque se matricularam, há 42 pessoas a trabalhar para que tudo corra bem, isto não é virtual. As próprias entidades bancárias acreditam e apoiam pelo que a E.P.F. não necessita de publicidade negativa.

**Miguel Cardoso** – Lembrou que há dinheiros públicos em causa pelo que todos têm a ver com o caso. Trata-se de apurar se existem ou não irregularidades e é esse aspeto que não nos deixam verificar. Não ocorreram acusações mas sim tentativas de contacto que não obtiveram resposta. Considerou de seguida que ter experiência na administração de empresas não é garantia de competência, como está à vista e a nova direção também não

garante que se apague a responsabilidade passada. A falta de estabilidade na Escola não é provocada pela CDU e a má publicidade também não é culpa da CDU.

Não havendo mais intervenções neste ponto da ordem e trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** propôs a alteração da ordem de trabalhos do ponto 2.12 para 2.2, o que foi aprovado por unanimidade.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.1 – Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município**

**Rogério Palmeiro** – Congratulou-se com a dinâmica tecnológica deste Executivo que tem vindo a trazer frutos à nossa cidade com o aumento do número de postos de trabalho qualificados. A agenda cultural também tem muita importância para este Executivo e o Fundão é uma referência neste domínio. O trabalho feito na valorização de eventos temáticos que caracterizam o nosso povo e as nossas tradições também assume papel de realce, com a festa da cereja, os chocalhos, as vindimas e em breve a Maunça, os míscaros, os magustos, terminando o ano com a Aldeia Natal na freguesia da Capinha. Estamos a falar de eventos de sucesso que trazem a vários pontos do nosso concelho milhares de pessoas e contribuem também para preservar as nossas tradições.

**Luís Lourenço** – Baseou grande parte da sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 5. Relatou também a situação de uma estudante da UBI a residir no nosso concelho que necessita diariamente de se deslocar para a Covilhã, mas o autocarro que apanha chega 5 minutos depois do comboio que a levaria àquela cidade, saindo da estação do Fundão. Relatou também a situação doutros alunos que, sendo do Fundão, optaram por viver na Covilhã porque a rede de transportes não satisfaz as necessidades. Embora a Câmara Municipal não tenha responsabilidade nesta questão, também não pode ficar indiferente à situação de alunos que querem viver no Fundão mas são obrigados a viver na Covilhã, onde estudam, porque não têm transportes adequados que os sirvam. Pergunta se não seria possível harmonizar estas situações.

**Conceição Martins** – Deu conta que o PS, desde sempre considerou o contrato celebrado com a empresa Aquália de ruinoso para o Município e o tempo veio dar-lhe razão. Também confirmou que o Município não acautelou todas as chamadas de atenção que se fizeram e hoje está confirmado que o contrato tem obrigatoriamente de ser revisto por ser muito lesivo para os munícipes. Perguntou se a referida revisão do contrato está ou não para breve ou se o aumento previsto para o preço da água se vai aplicar aos munícipes antes de ocorrer a necessária revisão. Lamentou as condições miseráveis, com chuva e frio, em que se realizou o espetáculo de Ana Moura, quando existe o pavilhão multiusos que poderia ter sido usado, já se gastou tanto dinheiro e ainda não existe um bom local para a realização daquele tipo de eventos.

**Presidente da Câmara** – Relativamente à Escola Profissional não há novidades e como Presidente da Câmara quer contribuir para o quadro da solução e não para aumentar os problemas. Agradeceu as palavras dos membros Rogério Palmeiro e Luís Lourenço. Disse também que o Fundão tem os focos para si apontados em duas facetas bem distintas como são a produção primária e as novas tecnologias, sendo algo que nos deve obrigar a pensar e a perspetivar o que queremos para o desenvolvimento do nosso concelho. Estão neste momento a abrir as portas para que muito mais empresas venham para o Interior do País, significando acima de tudo que estamos a contrariar preconceitos que sempre existiram, de que determinadas atividades não se podiam desenvolver no Interior. Considera que a inovação social é ainda mais importante que a inovação tecnológica e em breve trará mais informação sobre este aspeto, uma vez que a inovação social mudou aquilo que é o perfil individualista empresarial para uma mentalidade mais abrangente, exemplificando com o clube de produtores que com o apoio do Município, procederam à internacionalização e promoção de diversos produtos da nossa região. Relativamente às questões da água, está a decorrer há cerca de 1 ano, um processo de revisão do contrato, esperando que em menos de 2 anos o processo esteja concluído e se encontrem as melhores soluções, no entanto as questões não se devem diabolizar porque a sustentabilidade tem sempre duas partes e deve ter-se em conta o equilíbrio daquilo que é o bem social e universal que é a água, a viabilidade das contas públicas e o que é reclamado como pagamento pela empresa Águas do Zêzere e Côa. Trata-se de um processo complexo que está a ser trabalhado, chamando a atenção para o facto de o contrato de concessão que foi a Tribunal de Contas ter sido visado,

mas este órgão devia desde logo ter solicitado determinadas correções, que agora têm de se fazer de forma tardia. Na altura própria a Assembleia Municipal será chamada a pronunciar-se sobre o contrato a acordar. O orçamento participativo estará a partir do dia 1 de Outubro próximo a funcionar pelo menos durante 3 meses e avançar-se-á com um conjunto de assembleias participativas para mobilizar a população. Somos os primeiros na região a avançar com o orçamento participativo, através de um modelo democrático de apresentação de propostas, já que os processos são acompanhados e votados por todos os que quiserem participar. Até final do ano será feita a formalização de propostas, em Março de 2015 a análise das mesmas e depois aprovação dos projetos. Sobre a questão Biotecnologia a Câmara tem procurado a cooperação e daí a deslocação ao Brasil, onde participou na UNICAMP. O projeto está em execução e está-se a trabalhar arduamente para lhe fornecer massa crítica com capacidade para desenvolver o projeto quer na parte pública, quer nas oportunidades que o mesmo vai criar para os investidores privados. Quanto à questão dos transportes, trata-se de uma questão que desconhecia, já que relativamente às concessionárias e à CP, tem de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que os horários dos transportes sejam compatíveis com as necessidades dos utentes que existem da parte da educação mas também as pessoas que se deslocam da área da saúde e outras. Há um estudo que demonstra a existência de cerca de 1000 pessoas que se deslocam diariamente entre a Covilhã e Fundão para trabalhar, pelo que se deve apostar na resolução deste problema. Quanto ao concerto de Ana Moura que se realizou em Agosto, a Câmara optou pelo concerto ao ar livre porque o mesmo estava inserido no festival de rua que decorreu no Fundão. A Câmara tenta fazer o possível mas ainda não consegue controlar a meteorologia.

## **2.2 – Apreciação e votação de uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal do Fundão**

**Presidente da Mesa** – Começou por dizer que o Regimento é um auxiliar para o funcionamento da Assembleia Municipal e que mais importante que o Regimento formal é o regimento implícito, tácito e que tem a ver com a atitude que cada um e todos devem ter no funcionamento da Assembleia. A Mesa considera que esta proposta corresponde a um modelo em que o regimento não seja uma força de bloqueio mas sim um fator de cooperação entre todos. Agradeceu aos grupos municipais o seu generoso trabalho, apresentando propostas sem as quais a Mesa não teria sido capaz de elaborar

esta proposta. Mais particularmente agradeceu ainda aos membros Eduardo Saraiva, Carlos São Martinho e Rogério Hilário, que no final do mês de julho apresentaram sugestões específicas, quase todas incorporadas nesta proposta de Regimento. Também agradeceu ao membro João Leitão já que através de iniciativa própria contribuiu muito na estruturação e edição final do documento. Solicitou a ponderação de todos, na convicção de que a Mesa da A.M. quer usar o Regimento de forma equilibrada, ou seja como fator de equilíbrio na relação entre todos os membros e grupos municipais.

**Eduardo Saraiva** – Disse que há mais de 1 ano vinha falando da necessidade de alterar o Regimento de forma a terminar com as “maratonas” que por vezes ocorriam, que desgastavam muito os membros e muita vez os obrigavam a sair antes de terminarem as sessões. O documento em análise, no seu ponto 10, diz que a AM poderá funcionar em qualquer dia da semana, de preferência ao sábado, dizendo que essa menção ao sábado não se justifica, uma vez que está implícita. No artigo 22.3 não devia estar especificado o tempo atribuído a cada grupo. Lamentou que o documento não seja “mais leve”, de mais fácil consulta.

**Presidente da Mesa** – Disse que a experiência da Mesa nos diz que o Regimento acaba por ser um documento que permanentemente está à mão que a orienta a forma de agir. Se o encurtarmos excessivamente e estivermos sempre a remeter para a Lei, isso vem complicar a vida da própria Mesa e por isso optou-se por um Regimento na linha dos anteriores, mas mais abrangente, ainda que algo repetitivo. Sobre o sábado, trata-se de uma velha questão, que por ser tão velha se optou por não mexer no que existia. Continuar-se-á a gerir essa questão com recurso a um consenso, ouvindo a Câmara Municipal e a comissão permanente quando necessário. Os tempos de intervenção podiam não constar do Regimento, mas também pareceu à Mesa que tê-los fora do documento só complicaria. Se existir alguma alteração, rapidamente se executa.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

### **2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2015 das taxas do imposto municipal sobre imóveis”**

**Presidente da Câmara** – Disse que ia introduzir este ponto, mas ao mesmo tempo faria também a introdução dos pontos 2.4, 2.5 e 2.6 porque são questões que se prendem com aprovações anuais necessárias, por parte da Assembleia Municipal de diferentes taxas e impostos. Afirmou que em todos estes pontos não existe qualquer alteração relativamente à proposta do ano passado, mantendo-se os mesmos moldes, as mesmas taxas, minorações e majorações. Relativamente aos incentivos ao investimento, informou que os mesmos também se mantêm, o que faz com que qualquer pessoa que invista, que crie 1 ou mais postos de trabalho, possa ter reduções de impostos, que no limite poderia ir até 100%, no caso do IMI, durante 5 anos e consoante o investimento e o número de postos de trabalho criados. Sobre a reabilitação urbana, consoante a renovação urbanística, também pode haver reduções de todas as taxas e licenças. Quanto á derrama os valores mantêm-se e só a pagará quem não tenha a sua sede social no concelho do Fundão. O IRS e os direitos de passagem também vêm com as mesmas taxas. Informou por outro lado que o nosso plano de ajustamento cria algumas condicionantes à Câmara Municipal, nomeadamente em termos de IMI.

**Presidente da Mesa** – Disse que, tal como fez o Senhor Presidente da Câmara, se pode fazer o debate dos pontos 2.3 ao 2.6 em simultâneo e depois far-se-ão as votações de forma separada, o que foi aceite por todos os membros da AM.

**Luís Lourenço** – Começou por dizer que existem algumas páginas em falta no documento mas, como as penalizações se mantêm relativamente ao ano anterior, os documentos foram analisados. Perguntou quanto é que a Câmara Municipal arrecadou em excesso pelas penalizações, achando bem que sejam regulamentadas, embora se coloque a questão de se definirem critérios que sejam claros, concisos e aplicáveis. Só vale a pena nós estarmos a insistir em alguma fiscalização se o resultado valer a pena. Sobre o IMI, na sua justificação não existe qualquer referência ao PAEL, pelo que não entende as condicionantes mencionadas pelo Sr. Presidente. Colocou a questão se não estaria na hora de o Município deixar de ser o que na região mais cobra de IMI. Sobre o IRS, disse estar de acordo que não compete às autarquias estabelecer qualquer tipo de justiça no que diz respeito à distribuição do IRS, porque quem deve repor a situação de menos penalizações na aplicação do IRS é o Governo. Deu conta que há alguns anos a Câmara Municipal resolveu devolver 2% do IRS com a finalidade de criar uma maior atratividade para a fixação de empresas no concelho do Fundão e que nessa altura

chamou a atenção que aquela resolução não fazia sentido nenhum, mas há que haver coerência nas posições tomadas. Relativamente à derrama tudo bem, mas sobre os direitos de passagem não faz igualmente sentido serem os munícipes a pagar, já que deveriam ser as operadoras, mas a Lei manda e nós obedecemos, embora discordando.

**Presidente da Câmara** – Relativamente ao IMI, disse que foi criado um balizamento real na taxa da referência na altura que era de 0,4/0,7 e que este tem de ser cumprido. Criou-se também todo um conjunto de regulamentos que fomentam práticas úteis ao desenvolvimento do nosso concelho, em primeiro lugar para quem investe e cria emprego, em segundo lugar quem recupera casas e coloca os terrenos em produção. Trata-se de opções que do ponto de vista da atração do concelho, nos permitem ser competentes em termos de fiscalidade, competentes também para continuar o nosso esforço diário de atrair investimento ou que as empresas já existentes também possam investir, crescer e beneficiar. Quanto ao IRS, também lhe parece pouco séria a relação entre o estado central e as autarquias, já que por um lado se retiram recursos e por outro, se dá a hipótese de ainda ficarem com menos recursos, passando-se o ônus para as autarquias e com o Governo a lavar as mãos. O IRS devia funcionar com políticas centralizadas na administração central, senão gostava de ter a possibilidade de fazer discriminações fiscais em termos de IRS, queria dizer uma coisa tão simples quanto isto “médicos que queiram vir para o Interior do País, não pagam IRS”. Deem às autarquias as capacidades todas e mais algumas de poderem fazer as discriminações necessárias a este nível. A forma como as coisas estão, coloca-nos perante um presente envenenado. Estamos fartos dessa preguiça mental e falta de responsabilidade, uma vez que não podemos tratar toda a gente por igual em termos de impostos.

Não havendo mais intervenções foi o documento aprovado por maioria com 25 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções. Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o documento por minuta para imediata execução.

**Declaração de voto do membro Luís Lourenço:** “Votei contra porque considero que está na altura de nós reduzirmos a taxa máxima do IMI. Votei por isso contra o primeiro ponto embora concorde com os restantes pontos da proposta.”

**2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Lançamento para o ano de 2015 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do IRC”**

Não havendo intervenções, foi o documento aprovado por maioria com 31 votos e 7 abstenções. Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o documento por minuta para imediata execução.

**2.5 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”**

Não havendo intervenções sobre este assunto foi o documento aprovado por maioria com 31 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções. Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o documento por minuta para imediata execução.

**2.6 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2015 da taxa municipal de direitos de passagem”**

Não havendo intervenções sobre este assunto foi o documento aprovado por maioria com 29 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenções. Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o documento por minuta para imediata execução.

**Declaração de voto do membro Conceição Martins:** “Relativamente aos pontos 2.3, 2,5 e 2.6, votamos contra por entendermos que é o momento de baixar impostos aos municípios, até pelas declarações do Senhor Presidente da Câmara que diz que as finanças do município estão de boa saúde.”

**2.7 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do regulamento municipal de atribuição de apoios às freguesias”**

**Marco Marques** – Após cumprimentar todos os presentes, considerou que este documento poderá ser uma porta de abertura para o futuro, possibilitando às freguesias a

apresentação de projetos inovadores e capazes de interagir com outras freguesias, outras associações, com a população e com o Município. Por isso votará favoravelmente.

**Luís Lourenço** – Disse acreditar que este documento foi discutido com os Senhores Presidentes de Junta e que o mesmo introduz algumas práticas algo complexas a que as juntas de freguesia não estão habituadas a fazer, pelo que deixa a questão, para que as coisas funcionem de forma correta. Não está previsto no regulamento, mas seria bom que estivesse, que as Juntas de Freguesia tivessem alguma forma de ter o apoio da Câmara para poderem levar à prática o que está previsto neste regulamento.

**Presidente da Câmara** – Informou que este regulamento traz em si a harmonização dos processos, uma maior transparência e igualdade. Sobre o apoio técnico, o mesmo já existe de forma capacitada no Município quer ao nível do projeto, quer ao nível financeiro, administrativo e legislativo. Os Senhores Presidentes de Junta têm na autarquia formas de poder procurar este tipo de apoio nas diversas estruturas existentes, algumas mesmo de forma especializada.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocada a votação e aprovado por unanimidade e por minuta para imediata execução.

## **2.8 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior”**

**Miguel Cardoso** – Disse que esta lhe parece uma boa iniciativa, mas solicitou esclarecimentos relativamente à alínea b) do ponto 1, do artigo 2º, no que se refere às condições para os estudantes poderem receber a bolsa, desde que ingressem nos cursos referidos anualmente pela Câmara Municipal do Fundão, parecendo-lhe mais correta a escolha com total liberdade, por todos os cursos e não só os que a Câmara indica.

**Presidente da Câmara** – Disse que a opção da Câmara foi mesmo a que mencionou, já que tem responsabilidades relativamente àquilo que são as áreas preferenciais em termos de recursos humanos para aquilo que é o desenvolvimento dos respetivos territórios municipais. Não nos podemos abstrair daquilo que é a oferta e procura no

mercado de trabalho na região e como tal seguiram este caminho. Trata-se de uma questão que pode não ser considerada pacífica e talvez fosse mais fácil dizer que era igual para todos os cursos, mas não é a opção desta Câmara Municipal, sempre correndo o risco de errarmos e podermos corrigir.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade. Mais foi aprovado por unanimidade aprovar o documento em minuta para imediata execução.

### **2.9 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Renovação do prazo para homologação da lista de classificação final – procedimentos concursais”**

**Presidente da Câmara** – Disse que não foi possível culminar todos os processos de concurso no âmbito da internalização dos funcionários das empresas municipais, pelo que solicita à Assembleia a ampliação dos prazos para o efeito.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 31 votos a favor e 7 abstenções. Mais foi deliberado aprovar o documento em minuta para imediata execução.

### **2.10 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do plano de pormenor da Zona Industrial de Silvares”**

**Conceição Martins** – Começou por dizer que este foi mais um ponto em que não se conseguiu consultar qualquer dos documentos remetidos. De qualquer forma perguntou quantas empresas estão localizadas e número de lotes, na zona industrial de Silvares. Perguntou também porque é que o processo da Soalheira ainda não passou pela Assembleia Municipal, uma vez que já ali existem empresas em construção e qual é a situação do seu plano de pormenor.

**Luís Lourenço** – Disse que conseguiu abrir os documentos, mas trata-se de uma análise muito difícil e extensa. Perguntou de seguida em que situação se encontram as outras zonas industriais e donde vêm as indústrias para colocar neste parque industrial.

**Presidente da Câmara** – Informou que em Silvares ainda não estão sediadas quaisquer empresas porque as obras ainda não foram realizadas, estão a executar-se as infraestruturas, mas existe dificuldade na atração de investimentos para aquela zona do pinhal. Também sabemos que, se não existir solo industrial disponível os processos tornam-se mais difíceis, quando 80% daquele território está situado em reserva ecológica. No entanto, a fileira florestal é muito importante e considera-se daqueles que não desiste, pelo que irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ali atrair investimento, existindo um projeto focalizado neste plano que pode alavancar algo naquele espaço. Acha que nos próximos anos vão criar-se mecanismos obrigatórios para que o solo florestal abandonado passe para a esfera coletiva (associativa ou pública). Mais ano menos ano o Estado vai ter a possibilidade de forma mais ou menos administrativa poder gerir solos abandonados. Acredita também que aqueles solos podem ser rentabilizados através da criação pequenas unidades de transformação dos produtos desenvolvidos na floresta. Na indústria de transformação da madeira existem mais oportunidades do que se pensa, exemplificando com o caso da empresa CIDESA, no Fundão. É essencial a existência em Silvares de uma central de recolha de madeira onde possa ser triturada e posteriormente tratada e rentabilizada na central e biomassa localizada na Soalheira. A resina é também uma atividade lucrativa que pode criar muitas oportunidades, já que a mesma tem muita procura. Também o medronho é uma atividade muito interessante e em breve existirão novidades neste aspeto. Está-se a trabalhar e a criar um quadro de oportunidades que exige planeamento, pelo que é com esta forma ambiciosa que as coisas estão a ser feitas. Sobre a Soalheira informou que se trata de um parque temático (parque agro alimentar), em que não valia a pena seguir os maus passos de Silvares, tal foi o calvário e tempo gastos. O terreno da Soalheira tem uma vantagem, está localizado em agro-silvo-pastoril, o que permitiu a localização de atividades de transformação agrícola, já que a Lei o permite sem o recurso a outro tipo de planos. Assim, já se licenciaram duas queijarias e vai também conseguir licenciar-se o centro experimental de biotecnologia, bem como outras atividades que se insiram na indústria de transformação de produtos primários. Voltando à zona industrial de Silvares disse que o processo foi muito difícil e moroso e que se vai continuar a trabalhar para criar valores e oportunidades naquele espaço.

**Presidente da Mesa em Exercício** – Informou que já foi solicitado ao gabinete informático para que seja alterada e simplificada a forma de envio dos documentos da Assembleia, para que não exista tanta dificuldade na sua abertura e análise.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade. Mais foi aprovado por unanimidade aprovar o documento em minuta para imediata execução.

### **2.11 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adesão do município do Fundão à OGIF – Associação de gestão, instituto do petróleo e gás do Fundão”**

**Presidente da Câmara** – Informou que estamos perante um assunto recentemente abordado na comunicação social, existindo um movimento de vontades constituído pelo seminário do Fundão e um grupo de investidores conhecedores do ramo do petróleo e gaz, ao qual pertence uma pessoa oriunda da região, mais precisamente da freguesia de Souto da Casa. Aquele grupo contactou o Senhor Bispo e colocou-lhe a possibilidade de existir uma oportunidade a nível internacional de conseguir uma solução que minimize a falta de recursos humanos naquela área, de formação média e superior. Foram efetuados estudos de viabilidade para aquilo que pode vir a ser uma academia de formação nesta área, a ser desenvolvida em Portugal e no Fundão. Este trabalho foi sendo desenvolvido e foram-se encontrando parceiros para esse efeito. O primeiro parceiro foi a UBI que ficou com a responsabilidade de tratar do processo de certificação de uma licenciatura ligada à Engenharia do Petróleo e Gaz, até final de Outubro próximo, para no ano de 2015/2016 a mesma poder funcionar no seminário do Fundão. Em termos formais decidiu-se desenvolver o processo através da criação de uma associação sem fins lucrativos, que junta os especialistas da área, o episcopado, a UBI e o município do Fundão, que aqui aparece com uma cobertura de âmbito institucional. Eventualmente poderá vir a ser aberto a outras entidades e funcionará no Fundão. O processo de licenciatura poderá ser aprovado ou não, o falhar está certo e ganhar pode significar bastante. Obviamente vê-se aqui também uma oportunidade de dar utilidade a um imóvel importante, que é o Seminário do Fundão, que já tanto deu ao País e ao Fundão.

**Rosa Moreira** – Após cumprimentar todos os presentes afirmou que após se falar aqui de ensino nas suas diversas vertentes, desde formação, qualidade da mesma, os seus encargos, a mobilidade dos estudantes, docentes e outros funcionários, em termos de senso comum este processo coloca-lhe a dúvida de que já temos duas instituições de ensino superior na região que são a UBI e o Politécnico de Castelo Branco e porquê o seminário do Fundão, já que é um imóvel demasiado grande para o funcionamento de uma ou duas turmas. Porquê no seminário do Fundão, numa estrutura daquela natureza, quando o ensino requer não só o que se passa na sala de aulas, mas toda uma estrutura de apoio que todos defendemos aqui e noutros locais, outros também defendem.

**Miguel Cardoso** – Disse que o documento é muito parco em informação embora o Senhor Presidente da Câmara tenha esclarecido algumas das dúvidas. Informou que a diocese da Guarda disse na comunicação social que a gestão seria dela e do grupo promotor, pelo que pergunta qual o papel da Câmara do Fundão no processo, se será angariador de fundos, Não lhes parece que o grupo promotor não tenha em vista o lucro e que a diocese ao rentabilizar o edifício não retire daí também benefícios. Por outro lado deviam ser identificados os nomes das pessoas ligadas ao grupo promotor. A Diocese diz também que os alunos serão selecionados a partir de indicações das grandes empresas petrolíferas e de exploração de gaz, que operam sobretudo no espaço lusófono, será mesmo assim? Reconhece ainda a Diocese que poderá existir alguma dificuldade no licenciamento do instituto e na sua acreditação e daí o papel da UBI e da Universidade de Campinas, no Brasil. Pergunta ainda como está o processo de acreditação. Esta associação afirma também ter uma forte preocupação ambiental e social, mas nos estatutos da mesma, nomeadamente no capítulo dos objetivos, não existe uma única menção nessa área. Diz também que o processo estará sujeito à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação, todavia o ponto 1 do artigo 2º dos estatutos diz que goza de autonomia cultural, tecnológica, científica, pedagógica, administrativa e financeira. No ponto 4 do mesmo artigo diz que pode organizar as atividades de educação e valorização dos recursos humanos que vier a entender. Todas estas questões podem ser muito legais e muito sérias, mas será suposto esta Assembleia Municipal aprovar esta adesão com base nos documentos apresentados, com informações escassas, na maior parte emanadas da Diocese.

**Luís Lourenço** – Disse acreditar no que o Senhor Presidente da Câmara há pouco afirmou, mas quando ouviu pela primeira vez a proposta pensou estar perante “mais um conto do vigário em que caíram alguns municípios” e que para poder votar favoravelmente esta proposta necessita de muito mais informação. Recorreu à NET à procura dos consultores que promovem a iniciativa que não encontrou, perguntando onde estão escritos os estatutos do instituto promotor. Sobre a concordância da UBI em participar no processo de acreditação, gostaria de ver maior clareza nesse aspeto. Já foi diretor de acreditação de vários cursos e sabe muito bem o que tem de se passar para se obter uma acreditação de um curso, uma vez que as exigências são muitas. Tem por isso sérias e honestas dúvidas que a UBI possa fazer alguma coisa pela acreditação desse curso. Assim, face às dúvidas existentes no processo não pode dar o seu voto favorável.

**Eduardo Saraiva** – Disse que a questão da acreditação está neste momento mais acautelada e difícil, já que anteriormente bastava o conselho científico das escolas reunir e tinha-se um novo curso em funcionamento e o ministro, fosse qual fosse, limitava-se a homologar. Felizmente que agora as coisas não são assim, uma vez que existe uma comissão nacional que analisa e decide. Esta situação deve levar-nos a uma calma e serena reflexão, considerando pertinentes algumas dúvidas colocados pelo membro Luís Lourenço. Relativamente ao espaço físico encontrado, no caso o seminário, não vê nisso qualquer problema e se o mesmo for rentabilizado melhor. Estão a ser dados passos seguros para com o parecer da comissão se decidir a viabilidade daquele curso. Quer acreditar que as dúvidas existentes possam ser esclarecidas pela comissão acreditadora, presidida pelo Dr. Alberto Amaral. Se discordaram, o processo morre e não se fala mais nele, mas concorda que a Câmara deve arriscar porque não tem muito a perder com a criação dessa parceria. Também acredita nas palavras do Senhor Presidente relativamente ao empenhamento da UBI na viabilização do processo. Finalizou lembrando a todos o mal que fizeram à sua terra quando daqui tiraram a escola de turismo que levaram para Idanha-a-Nova, com um processo burocrático praticamente concluído. Até hoje ainda ninguém esclareceu porque fizeram isso ao Fundão. Abre-se agora nova possibilidade pelo que se deve esperar pelos futuros desenvolvimentos após a apreciação pela comissão de acreditação, pelo que devem “deixar navegar esta associação”.

**Ana Leonor** – Após cumprimentar os presentes, disse compartilhar todas as dúvidas aqui mencionadas e quer saber concretamente em que se irá concretizar a adesão do município do Fundão à associação. O Senhor Presidente da Câmara afirmou que se trata de uma cobertura institucional, mas quer que lhe esclareçam em que se traduzem essas palavras, quais os compromissos, independentemente do curso ser ou não aprovado, ou seja, qual o papel da Câmara Municipal na qualidade de membro desta associação.

**Presidente da Câmara** – Informou que a entrada da Câmara Municipal na associação significa termos um veículo institucional que pode permitir agilizar o processo, numa primeira fase avançar com a candidatura á acreditação do curso. Se o mesmo vier acreditado muito bem, senão vier acaba o processo porque o mesmo deixa de ter capacidade para avançar. Relatou também que nos últimos meses se fizeram várias reuniões com a reitoria da UBI, trabalhando neste processo e o seu empenhamento é total. Esta associação é importante, em primeiro lugar porque institucionalmente representa a componente do património, representa também a componente da cobertura institucional ao processo e representa ainda a componente técnica das pessoas que não são virtuais, exemplificando que uma delas é só o diretor da Galp em Angola. São pessoas com enormes competências e enorme responsabilidade no setor. O que está também em causa é o modelo de oferta em que se vai trabalhar. Assim, partindo do pressuposto que o curso é acreditado, a UBI tem excelente responsáveis nos departamentos, tem doutorados na área das ciências exatas e o grupo promotor pode reunir doutorados e especialistas na área de intervenção, conseguindo-se reunir um conjunto curricular que corresponde às exigentes normas da entidade acreditadora. Se for acreditado, o concurso de acesso iniciará com 25 vagas e funcionará como outro qualquer, em que quem tiver média suficiente ingressará no mesmo. Acrescenta-se aqui a questão dos estrangeiros, já que se pretende formalizar vários protocolos com entidades de outros países, ligadas ao setor petrolífero e ainda de países que pagam bolsas aos alunos, de forma a aqui poderem estar e frequentar esta formação. Cada curso tem um limite de estrangeiros embora a Lei permita alterar essa proporção. É aqui que se joga a sustentabilidade do processo e o futuro do curso, partindo sempre do pressuposto que o mesmo possa vir a ser acreditado. Quem não arrisca não petisca e existindo o processo pode ir-se a jogo, se não for acreditado traz-se à Assembleia Municipal a dissolução da associação. Quanto ao papel da Câmara, o mesmo pode passar, por exemplo, em colaborar na adaptação do projeto técnico das instalações do

seminário para ali poder funcionar o curso, embora a ala nova daquele edifício já possua muito boas condições ao nível de salas e outro tipo de instalações com alguma qualidade. O processo foi montado com as instalações do seminário porque o mesmo se iniciou com o Senhor Bispo e quando a Câmara Municipal foi chamada ao processo já vinha com aquele pressuposto. Se tudo isto não tiver sucesso ele próprio assumirá na Assembleia Municipal o fracasso e pedirá desculpa pelo tempo tomado aos Senhores membros na discussão deste assunto.

**Conceição Martins** – Disse ser desejo de todos, o aparecimento de uma infraestrutura destas no concelho do Fundão, mas continua com a dúvida de quanto a Câmara Municipal tem de gastar com este processo.

**Presidente da Câmara** – Informou que neste momento em termos financeiros não significa nada, exceto o tempo gasto nas diversas reuniões realizadas com as entidades intervenientes no processo. A cobertura institucional do Município ajuda a desbloquear processos e também ajuda a formatá-los, já que o mesmo teve uma evolução desde que a Câmara chegou ao mesmo, nomeadamente quanto ao modelo inicial desenhado quando se pretendeu criar um instituto nesta nova escola.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 32 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções. Mais foi aprovado por unanimidade aprovar o documento em minuta para imediata execução.

## **2.12 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Declaração de interesse municipal – BIOFUN – Produtos Biológicos do Fundão, Lda.”**

Relativamente a este assunto não houve quaisquer intervenções pelo que o documento foi colocado a votação e aprovado por unanimidade. Mais foi aprovado por unanimidade aprovar o documento em minuta para imediata execução.

De seguida perante uma interpelação à Mesa por parte do membro **Conceição Martins, o Senhor Presidente da Mesa em Exercício**, respondeu que embora a Assembleia Municipal tenha decidido há algum tempo que toda a documentação deva ser remetida

por meios informáticos, desde sempre todos os membros podem solicitar aos serviços da Assembleia Municipal, que lhes seja fornecida a documentação em formato papel.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.30 horas. Da sessão se exarou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_

## VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta de alteração do Regimento da assembleia municipal do Fundão – **Aprovado por unanimidade**

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2015 das taxas do imposto municipal sobre imóveis” – **Aprovado por maioria com 25 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções**

2.4 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Lançamento para o ano de 2015 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do IRC” – **Aprovado por maioria com 31 votos a favor e 7 abstenções**

2.5 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão” – **Aprovado por maioria com 31 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções**

2.6 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2015 da taxa municipal de direitos de passagem” – **Aprovado por maioria com 29 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção**

2.7 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do regulamento municipal de atribuição de apoios às freguesias” – **Aprovado por unanimidade**

2.8 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior” – **Aprovado por unanimidade**

2.9 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Renovação do prazo para homologação da lista de classificação final – procedimentos concursais” – **Aprovado por maioria com 31 votos a favor e 7 abstenções**

2.10 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do plano de pormenor da Zona Industrial de Silvaes” – **Aprovado por unanimidade**

2.11 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adesão do município do Fundão à OGIF – Associação de gestão, instituto do petróleo e gás do Fundão” - **Aprovado por maioria com 32 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções.**

2.12 - Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Declaração de interesse municipal – BIOFUN – Produtos Biológicos do Fundão, Lda.” - **Aprovado por unanimidade**

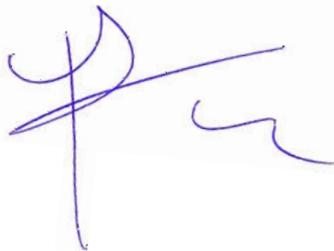
# PROPOSTA

Retirada a  
Junta pelo G

O Grupo Municipal do Partido Socialista  
propõe a alteração da Ordem de trabalhos,  
passando o ponto 2.12 para 2.1 fazendo  
descer todos os restantes e entrando em  
Vigor a seguir à sua aprovação conforme  
art.º 65 do referido Regimento.

30/09/14

João Gonçalves Salgado  
Márcia Rosa Norberto Moreira  
Conceição Martins  
Ana Leonor Serra Torres, do S.C.L.  
Dulce Helena Carvalho Lopes



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**  
**30 DE SETEMBRO DE 2014**  
**GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa

Sr. Presidente da Câmara e vereadores

Srs. Membros da Assembleia Municipal

Srs. da comunicação social

Senhoras e Senhores

**- Período de antes da ordem do dia**

Antes de qualquer outra coisa, felicitar o Sr. Presidente da Câmara por, finalmente, se preparar para cumprir uma promessa que Manuel Frexes fez na campanha eleitoral para o seu primeiro mandato: - A requalificação do Largo do Carvalhal.

Consta mesmo que ainda haverá algumas pessoas vivas que terão testemunhado esse momento, improvisado mas não menos categórico, em que Manuel Frexes terá subido a um banco (ou cadeira, aqui as fontes são algo contraditórias) e afirmado a necessidade de dignificar o Largo do Carvalhal.

É sempre bom quando as coisas andam...

Por falar em promessas e no valor da palavra dada...

Na última sessão desta Assembleia, tentou a CDU, pela segunda vez, que passasse a constituição de uma comissão de inquérito que apurasse as eventuais irregularidades financeiras, pedagógicas e éticas na Escola Profissional do Fundão. Pela segunda vez, a comissão foi chumbada com

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**  
**30 DE SETEMBRO DE 2014**  
**GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

voto automático da maioria, pese embora o Sr. Presidente desta Assembleia, em declaração de voto, ter alertado para a urgência e *“dever desta Assembleia de acompanhar todo este processo e exigir toda a informação em tempo útil, porque se trata de um tema prioritário e da maior relevância para o Concelho”*.

Posto isto, tratou de imediato o Grupo da CDU de tentar agendar (também pela segunda vez) uma reunião com a Direcção da Escola profissional.

Nada. Nem uma cartinha, um telefonema, um mail ou uma palavra no café. Nada. O Grupo Municipal da CDU foi completamente ignorado, mas também o foi a recomendação do Sr. Presidente desta Assembleia e os seus membros.

Nunca é demais lembrar que falamos de uma escola que se financia exclusivamente com dinheiro público e continuamos sem ter acesso:

- ao prometido estudo sobre a saúde financeira da escola realizado por uma das entidades promotoras da mesma (era para 30 de Abril);
- à sua política de contratação e despedimento;
- ao eventual incumprimento consciente das obrigações legais na altura de dispensar trabalhadores;
- às eventuais pressões psicológicas sobre professores e funcionários (para redução de escalão e salário);
- à existência ou não de salários e subsídios em atraso (seria oportuno, por exemplo, saber se os salários deste mês serão pagos);

- à existência ou não de uma direcção pedagógica qualificada e de um projecto pedagógico;

- aos pagamentos por serviços prestados à CMF;

- ou ao número de alunos virtuais e reais...

E estas são apenas algumas de entre muitas outras questões que julgamos pertinente esclarecer.

Nós da CDU não estamos satisfeitos. Não acreditamos que esta Assembleia o possa estar.

Acusam-nos de querer trazer o assunto para a praça pública. Ora, continuamos a entender que este é o espaço para resolver assuntos públicos, à vista de todos, de forma transparente. Todavia, foi a direcção da Escola Profissional que recusou o conforto e a descrição de um gabinete. Não querem má publicidade, tinham aprovado a comissão. Possíveis dificuldades de financiamento junto da banca não resultam da interpelação da CDU, como a nova Direcção parece pretender passar, mas de anos de uma gestão claramente acima das suas possibilidades e capacidades. Que a banca não confie é apenas uma consequência lógica.

E sim... Mudou a Direcção da Escola Profissional... Não serve de desculpa e não foi propriamente uma novidade, muitos dos presentes na última Assembleia, assim como funcionários da própria escola, sabiam já que a “dispensa” do anterior director era uma questão de dias. Mas sair da Direcção não isenta de responsabilidades e confiamos que, enquanto aguarda nova colocação, o agora ex-director, e também o novo, lá arranjarão tempo para responder por elas.

Mudou a Direcção e de cerca de 150 alunos reconhecidos aqui nesta assembleia pela anterior passou-se aos 300. A chicotada psicológica resultou numa imediata multiplicação dos alunos. Não é para qualquer um. Ou então foi deslumbramento mediático do novo director... Que por sinal é também o Presidente de uma das duas associações promotoras da escola. O homem duplicado. Imaginamos que a análise do perfil dos candidatos terá sido um momento algo caricato. Enfim, pouca transparência para alguém que tanto primou pela divulgação online das inúmeras actividades da escola aquém e além fronteiras. Demasiado transparente, diriam mesmo alguns membros da anterior direcção.

Não falamos sequer em despesas de representação, até porque nos responderiam com reembolsos e nós, em estilo Catarina Martins do BE, perguntaríamos se eram reembolsos de cafés ou de hotéis de cinco estrelas e daqui não sairíamos tão cedo.

Posto isto, e para terminar, insistimos na necessidade que, por iniciativa desta Assembleia, se constitua uma comissão de acompanhamento com vista ao apurar da real situação da Escola Profissional do Fundão e que a mesma se torne pública. Por favor, sejam ao menos criativos na nova desculpa para a sua recusa.

Requerimento Municipal para a resolução que entende, no âmbito das suas competências Municipais, solicitar informações acerca sobre a Escola profissional do Fundão.

Na sequência das informações prestadas em Assembleias Municipais anteriores, vem este grupo Municipal, solicitar informações acerca sobre a Escola profissional do Fundão.

A Substituição a pressada do Director resolve por si só:

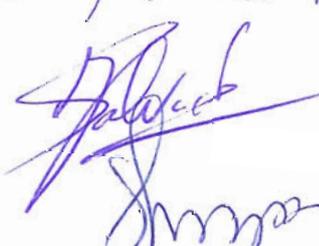
30.09.14 pretende

- 1- A situação de Ruptura Financeira?
- 2- A situação do diferendo sobejamente conhecido entre professores e a Direcção da Escola?
- 3- Prescindiu da necessidade de mais uma vez a CMF, entrar como parceira para proceder ao pagamento da dívida?

Requer-se a apresentação de um relatório da nova Direcção da Escola, a esta Assembleia Municipal sobre a real situação da Escola e respectivas sustentabilidade.

Pretende-se conhecer ainda, a adequação da formação atendendo às necessidades específicas da qualificação de mão de obra para os sectores comercial e Industrial do Concelho e da Região

30/09/14

O grupo Municipal do PS  
Conceição Alt.   
Mesa. 



Demeter-se à Câmara  
Municipal para a  
sua decisão

30.09.14

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Fundão

O início deste ano letivo foi e ainda está a ser muito conturbado, como já não se via há décadas, pela manifesta incompetência do Ministério da Educação Ciência e Ensino Superior, declarada e assumida com um inócuo pedido de desculpas do Ministro responsável.

No que à autarquia diz respeito também nem tudo está a correr da melhor forma. Existem problemas locais no arranque deste ano escolar que são da responsabilidade da Câmara e das freguesias do Concelho do Fundão. Assim o grupo municipal da CDU vem por este meio solicitar a Vossa Excelência que peça à Câmara Municipal do Fundão que esclareça algumas questões:

- Há edifícios escolares que necessitam de pequenas intervenções para que a segurança e o conforto dos alunos sejam acautelados, nomeadamente no edifício da pré-escola e EB1 da Aldeia de Joanes ou na EB1 da Nossa Sr.ª da Conceição. Porque não se realizam?
- Na EB1 das Tílias e da Nossa Sr.ª da Conceição porque não se organizam transportes à hora de almoço que permitam aos alunos irem almoçar à cantina da Escola Sede EB23 da Gardunha, uma vez que estas escolas não têm capacidade de terem refeitório? Afinal a Câmara dispõe de vários meios de transporte capazes de fazerem este percurso, com poucos custos. Assim muitos pais vêm-se na obrigação de encontrar alternativas nos centros privados, bem mais dispendiosos, mas que acautelam o conforto e a segurança das crianças.
- Qual a justificação para os aumentos inusitados nos almoços e prolongamentos dos Jardins de Infância de algumas freguesias, como por exemplo na União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo?
- O que pensa a Câmara fazer em relação ao facto da EB123 Serra da Gardunha ser uma das escolas que contém amianto na sua construção?

Pelo Grupo Municipal da CDU

Luís Lourenço

Miguel Cardoso

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**  
**30 DE SETEMBRO DE 2014**  
**GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Senhoras e Senhores



Várias vezes, ao longo dos anos, chamámos aqui a atenção para a forma deficiente como, em termos formais, a informação escrita do Sr. Presidente era aqui apresentada. Esse problema está claramente resolvido. Já o afirmei antes e o documento que aqui hoje é apresentado confirma essa constatação.

Há porém questões ainda a serem resolvidas, e que não são apenas formais. Uma dessas questões diz respeito à clara distinção entre o que é atividade (e obras) do município e aquilo que são atividades de outras organizações e instituições. Um exemplo é a atividade do Clube de Produtores do Fundão. Afinal este clube é um departamento da Câmara Municipal do Fundão.

Já agora, os anexos que nos enviaram vêm num formato que não parece que seja usado pelo normal utilizador. Eu não consegui abri-los.

Estas podem parecer questões de pormenor, para nós dão questões de clareza e transparência.

Entretanto gostaria de colocar algumas questões que esta informação me suscitou e que (algumas pelo menos) têm que ver com pontos a serem discutidos a seguir.

Relata-se a realização de algumas reuniões, mas nada se diz sobre os resultados. Por exemplo, realizou-se uma reunião com a UBI em que um dos temas foi o IGPGF. Qual foi o resultado, qual foi a posição da UBI? A mesma questão se pode colocar relativamente à reunião com as Águas de Portugal. Questiono estas duas pois as respostas são particularmente importantes para o município. Mas o mesmo se poderia fazer relativamente a quase todas as restantes reuniões reportadas.

Como estamos de orçamento participativo. A apresentação no Pecha Kucha é importante mas parece-nos pouco.

Registo as iniciativas conducentes à implementação de um **laboratório de biotecnologia**. Não quero contudo deixar de chamar a atenção para a necessidade de garantir a sua sustentabilidade a longo

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**  
**30 DE SETEMBRO DE 2014**  
**GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

prazo. O mais fácil é obter financiamento (europeu ou outro) para a sua implementação física. Mais difícil é mantê-lo funcional de forma sustentada. O Município do Fundão já tem alguns exemplos de empreendimentos cuja operacionalidade sustentada é, no mínimo, problemática.

Gostei da foram como se descreve uma obra “de intervenção por administração directa”: “Tapamento de depressões com massas asfálticas”. Ou seja, em linguagem corrente: tapar buracos. Há porém situações em que o ritmo do tapamento não acompanha o aprofundamento das depressões. A título de exemplo refira-se a estrada Fundão-Souto da Casa – Silvaes. Pelo menos daqui até aos Souto da Casa, mesmo para quem passa ali todos os dias começa a ser difícil dar conta de todas as depressões e ter perícia suficiente para evitá-las. Ou seja a estrada começa a precisar de algo mais profundo do que o tapamento de buracos.

Finalmente gostaria de questionar o Sr. Presidente sobre as notícias que têm vindo a lume sobre concessão da distribuição de água em baixa à empresa Aquália.

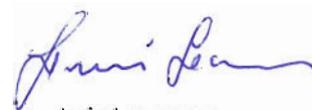
Como é sabido a nossa posição sempre foi contrária à privatização da água. A água é um recurso com características muito particulares, e é um produto final que cujas características se não coadunam com a lógica que legitimamente possa ter uma iniciativa empresarial privada. Aliás as experiências internacionais têm demonstrado que a exploração privada deste recurso tem dado mãos resultados públicos.

Ora acontece que para além destes problemas parece que o Tribunal de Contas constatou que o contrato de concessão que o município do Fundão assinou com a Aquália padece dos vícios de muitas parcerias público-privadas: a privatização dos lucros, mas a assunção dos riscos pelos contribuintes.

Sabemos que a responsabilidade da negociação deste contrato não terá sido da sua responsabilidade direta. Foi em tempos de outro Presidente. Mas era membro do executivo municipal, não está portanto isento de responsabilidades. Mas o que importa agora é saber o que está a ser feito para que os interesses dos munícipes não sejam capturados por interesses privados.

Como já disse a nossa posição tem sido clara. Somos contra esta concessão. Mas se ela continuar há que garantir que o Município não é prejudicado.

Fundão, 30 de Setembro de 2014



Luís Lourenço